



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - FACE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

JOANA D'ARC DA SILVA FARIAS

**OS EFEITOS DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ECONOMIA NA RENDA FUTURA**

Brasília
2022

JOANA D'ARC DA SILVA FARIAS

**OS EFEITOS DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ECONOMIA NA RENDA FUTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Economia da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Gestão Econômica de Inovação Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Marina Delmondes Carvalho Rossi.

Brasília

2022

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

FF224e Farias , Joana D´arc

OS EFEITOS DO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM ECONOMIA NA RENDA FUTURA / Joana
D´arc Farias ; orientador Marina Rossi . -- Brasília, 2022.
35 p.

Dissertação(Mestrado em Economia) -- Universidade de Brasília,
2022.

1. Mestrado Profissional . 2. Renda Futura . 3. Teoria do Capital
Humano . I. Rossi , Marina , orient. II. Título.

JOANA D'ARC DA SILVA FARIAS

**OS EFEITOS DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
ECONOMIA NA RENDA FUTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Economia da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Gestão Econômica de Inovação Tecnológica.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Marina Delmondes de Carvalho Rossi
Departamento de Economia – UnB - (Orientadora)

Ana Carolina Pereira Zoghbi
Departamento de Economia – UnB - Membro interno

Prof. Dr. José Luiz Rossi Júnior
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID- Membro externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por minha vida e por me dar plena capacidade física e mental para concluir todos os projetos que iniciei até hoje.

Agradeço à minha família, meus pais e irmãos que são a base de tudo em minha vida. Em especial, agradeço ao meu irmão, Gleydison da Silva Farias, que é minha referência de sucesso. Agradeço por sua amizade e por todo apoio e incentivo e por muitas vezes acreditar em mim quando até eu mesmo descreditei.

Agradeço à minha orientadora, Marina Delmondes de Carvalho Rossi, e à Professora Ana Carolina Pereira Zoghbi pelas excelentes contribuições a este trabalho, por toda paciência, compreensão e amizade. Sem elas eu não teria conseguido chegar até aqui.

Também sou grata aos professores da Pós-Graduação em Economia que de alguma forma contribuíram para meu aprendizado. Em especial, aos Professores Antônio Nascimento Júnior, Jorge Madeira Nogueira e a Professora Andrea Felipe Cabello que me apoiaram e sempre incentivaram para que eu não desistisse.

Também agradeço às minhas amigas de trabalho, Carina da Costa Lima, Josivane Costa Rodrigues e Sara Regina de Nascimento Carvalho pelo convívio prazeroso e por todos os momentos de descontração. Agradeço especialmente à minha amiga, Emília de Oliveira Faria, por seu apoio incondicional, por ter me escutado chorar tantas vezes durante esses dois anos, por sua paciência, apoio e por todas as dicas acadêmicas.

Agradeço à secretária do mestrado, Ana Claudia Benchimol, por todo o seu trabalho prestado, por sua paciência e especialmente por sua amizade.

Também agradeço o apoio e financiamento da Agência Especial Brasileira (AEB) em parceria com a Universidade de Brasília.

A todos meu muito obrigada!

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi verificar o efeito dos mestrados profissionais na renda futura. Para isso, foram coletadas informações sobre os mestrados profissionais do Departamento de Economia da UNB para os anos de 2014 e 2015. Também foram coletados dados sobre os salários nas RAIS de 2015 e de 2016. A partir dos dados da RAIS, foi sorteada uma amostra de 1000 trabalhadores, com características semelhantes ao grupo de tratamento, para constituir o grupo de controle. Após a aplicação da metodologia *Propensity Score Matching* (PSM), observou-se um aumento no salário em torno de 21% para os alunos que terminaram a pós-graduação, comparativamente aqueles que não cursaram a pós-graduação.

Palavras-chave: Mestrado Profissional; Propensity Score Matching; renda futura.

ABSTRACT

This study aimed to verify the effect of professional master's degrees on future income. For this, information was collected on the professional master's degrees in Economics at UNB for the years 2014 and 2015. Data on wages in the 2015 and 2016 RAIS were also collected from 1000 workers with similar characteristics to the treatment group to constitute the control group. After applying the Propensity Score Matching (PSM) methodology, an increase in salary of around 21% was observed for students who completed graduate studies compared to those who did not attend graduate courses.

Keywords: Professional Master's; Propensity Score Matching; future income.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1:	Estatísticas descritivas - Mestrado em Economia do Setor Público	26
Tabela 2:	Estatísticas descritivas - Mestrado em Economia e Gestão do Setor Público	27
Tabela 3:	Estatísticas descritivas - Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas	27
Tabela 4:	Estatísticas descritivas - Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente	27
Tabela 5:	Estatísticas descritivas - Amostra RAIS	28
Tabela 6:	Comparação de médias das covariadas entre grupos	29
Tabela 7:	Efeito Médio do Tratamento nos Tratados	30

LISTAS DE ABREVIACOES E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econmicas
EGSP	Economia e Gestão do Setor Público
GEMA	Gestão Econômica do Meio Ambiente
GESP	Gestão Econômica de Finanças Públicas
MESP	Economia do Setor Público
MPAC	Mestrado Profissional em Administração e Controladoria
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNGP	Plano Nacional de Programa de Pós-Graduação
PSM	<i>Propensity Score Matching</i>
RAIS	Base de Dados da Relação Anual de Informações Sociais
TCH	Teoria do Capital Humano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	TEORIA DO CAPITAL HUMANO	15
2.2	CAPITAL HUMANO E O INGRESSO NA PÓS-GRADUAÇÃO	21
3	ESTRATÉGICA EMPÍRICA.....	24
3.1	COLETA DE DADOS	24
3.2	METODOLOGIA.....	24
4	RESULTADOS.....	26
5	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo está relacionado diretamente à análise do ganho salarial com a obtenção do título de mestrado para os alunos dos Mestrados Profissionais do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Economia.

De acordo com o Plano Nacional de Programa de Pós-Graduação (PNGP 2011-2020), existe uma possibilidade de que o Brasil seja, em breve, a quinta economia do mundo com possibilidade de ser chamado a desempenhar um novo papel no cenário das nações. Internamente mais rico e com uma econômica mais dinâmica, poderá proporcionar ao seu povo melhores condições de vida, porém para que esse fato se realize será necessário um forte investimento em tecnologia, oferecimento de programas de pesquisa em setores estratégicos e aperfeiçoamento de recursos humanos tanto para o setor público quanto para o setor privado. (CAPES, 2010)

Ainda discorre o PNGP que o Brasil apresenta um cenário para a próxima década que ainda poderá enfrentar um grande desafio para formar e qualificar pessoas especializadas para áreas específicas, diante disso, o PNGP 2011-2020 indica algumas diretrizes e entre elas encontra-se o apoio à difusão de modalidades de pós-graduação em educação profissional considerando critérios de equalização de ofertas nas diversas áreas de desenvolvimento do país. Com o propósito de incentivar a criação e o desenvolvimento de programas profissionais para formar especialistas, mestres e doutores que possam desempenhar e desenvolver competências profissionais (CAPES, 2010). Diante disso, entende-se que os cursos de pós-graduação agregam diretamente no desenvolvimento do País ao formar profissionais que atuam diretamente em diversas áreas do conhecimento nos setores públicos e privados, no âmbito acadêmico e profissional.

O mestrado Profissional é uma modalidade de curso de pós-graduação *stricto sensu*, ofertado a partir de políticas desenvolvidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES. Sua modalidade concede aos seus egressos as mesmas garantias e prerrogativas concedidas aos egressos dos cursos acadêmicos. Segundo Fischer (2005) o mestrado profissional surge no Brasil como uma resposta às demandas específicas da sociedade por profissionais com qualificações próprias para

atuação no mundo do trabalho, qualificações que os cursos de especialização ou mestrados acadêmicos não conseguem aprimorar. Neste contexto, diversos profissionais têm buscado essa modalidade de curso, visando alavancar suas carreiras e seu desenvolvimento profissional e conseqüentemente, elevar seu nível de renda e melhorar sua qualidade de vida.

A Educação Profissional é voltada para o desenvolvimento de competências profissionais em trabalhadores de diferentes áreas e classes, no Brasil, está prevista na Lei 9.394 de 1996, que recentemente teve sua redação alterada pela Lei nº 11.741 de 2008, onde prevê a educação profissional e tecnológica, como cumprimento dos objetivos da educação nacional, que compõe diferentes níveis e modalidades de educação e dimensões de trabalho, ciência e tecnologia. O trabalho possui um vínculo indissociável com a educação profissional, conforme a Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional, a educação profissional integra às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva (BRASIL, 1996). No entendimento de Escobar e Silva (2015) é fundamental que a educação profissional esteja estruturada a partir da integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura com o objetivo de uma formação humana integral.

Considerando o contexto da Educação Profissional o foco deste estudo está voltado para os Mestrados Profissionais. De acordo com a (CAPES, 2017) é uma modalidade de pós-graduação *stricto sensu* voltada para capacitação em diversas áreas do conhecimento, por meio de estudo de técnicas, processos ou temáticas. Um dos seus objetivos é contribuir com o setor produtivo nacional no sentido de agregar maior nível de produtividade às organizações públicas ou privadas. Conforme as normativas que regulamentam os cursos de MPs, esses devem ter o mesmo nível e qualidade dos cursos vigentes no sistema de pós-graduação acadêmica; as instituições devem ter condições suficientes para fazer a gestão adequada dos cursos, possibilitando capacitar profissionais para atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais, assim como, deve promover a integração da formação profissional com entidades demandantes, com o objetivo de melhorar a eficácia e eficiência. (BRASIL, 2017)

Nos últimos anos, de acordo com Marquezan e Savegnago (2019), houve um aumento significativo nas demandas de qualificação continuada com vertente

profissional, como consequência à ampliação da oferta dos cursos de Mestrados Profissionais, isso se deve as exigências do mundo do trabalho ou em decorrência de conhecimento de lacunas na formação básica.

Considerando esse cenário de oferta podemos citar a Universidade de Brasília que atualmente oferece aproximadamente 100 programas de pós-graduação nas mais diversas áreas do conhecimento. Em 1998 obteve seu primeiro curso de mestrado profissional aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão (CEPE/UnB) e conta com 18 programas de mestrados profissionais em diversas áreas de conhecimento (UNB, 2021). A oferta por serviços educacionais cresceu consideravelmente, nos tempos atuais, e com isso a necessidade de avaliar os resultados obtidos torna-se cada vez mais necessária, como forma de prestação de contas para os usuários desses serviços, como para a sociedade em geral e como forma de avaliar se as instituições estão cumprindo com seu papel e prestando serviços de qualidade.

O Mestrado Profissional em Economia foi criado em 1998, como pioneiro na Universidade de Brasília, possui uma larga experiência na formação de profissionais, principalmente, voltado para o setor público, tanto no mercado de trabalho local como no nacional. O programa possui convênios e programas de cooperação consolidados com órgão no país e no exterior (MESTRADO, 2022). Atualmente o Programa de Pós-Graduação em Economia Profissional oferece sete áreas de contratação: Gestão Econômica do Meio Ambiente, Economia do Setor Público, Gestão Econômica de Finanças Públicas, Economia e Gestão do Setor Público, Economia da Defesa, Finanças e Gestão Econômica de Inovação Tecnológica.

A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação foi estabelecida no ano de 1998 e ocorre com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores ad hoc. O objetivo da Avaliação é certificar a qualidade da pós-graduação Brasileira e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país. Na avaliação são atribuídas notas para cada programa que variam de 1 a 5, os cursos de mestrado profissional com nota superior a 3 são recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES ao reconhecimento ou renovação de reconhecimento. (CAPES, 2022).

O Mestrado Profissional em Economia completou ao final do quadriênio 18 anos de experiência e mantém a nota 4 (quatro) desde o ano 2007, com critério de “muito bom” pela avaliação CAPES. Entre os anos de 2013 e 2020 o curso titulou 375 mestres entre suas variadas áreas de concentração. Atualmente o corpo discente é composto por 273 alunos ativos (FICHA,2017).

Considerando a importância da educação no incremento salarial dos profissionais, o objetivo desta dissertação é avaliar o impacto dessa formação na renda dos egressos da Universidade de Brasília. Busca-se conhecer o impacto salarial que os egressos do curso de Mestrado Profissional em Economia obtiveram após sua titulação.

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo é apresentado o referencial teórico com a visão dos principais teóricos da Teoria do Capital Humano. O terceiro capítulo são apresentadas relações da Teoria do Capital Humano e ingresso na Pós-Graduação com evidências de alguns estudos que foram realizados para contribuir com as evidências dos benefícios gerados ao concluir um curso de uma pós-graduação. No quarto capítulo é a estratégia empírica e a coleta de dados. Por fim, no último capítulo são apresentados os resultados e a conclusão do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria do Capital Humano

A Teoria do Capital Humano afirma que os investimentos em educação e saúde podem melhorar as habilidades e aptidões dos indivíduos e torná-los mais produtivos, o que pode ter um impacto positivo na taxa de crescimento de um país (Becker, 1962). Um dos pontos principais da teoria é o investimento em educação, pois torna os indivíduos mais produtivos, eficientes, aumenta sua renda e influência no crescimento econômico.

Atualmente, a sociedade tem exigido profissionais cada vez mais qualificados, abertos às mudanças, conhecedores de tecnologias avançadas, que tenham bons relacionamentos interpessoais, ou seja, profissionais que gerem conhecimento e desenvolvam habilidades inovadoras. A influência da educação no mundo do trabalho, foi mencionada por Smith(1976), em seu clássico “Wealth of nations”, que introduzia a noção de ser humano como capital. O autor afirma em sua obra que a diferença entre um filósofo e carregador de malas não surge pela natureza, mas de hábitos, costumes e educação, caracterizando dessa forma a influência que a escolaridade exercia sobre o mercado de trabalho.

Os pioneiros da Teoria do Capital Humano foram: Theodore W. Schultz, considerado o pai do capital humano, e Gary Becker, que aprofundou o estudo, embora tenha sido fortemente criticado pelos economistas na época. Os autores foram ganhadores de Prêmio Nobel. O trabalho de Schultz, se concentrava na economia agrícola, preocupado com a compreensão da economia da pobreza, enquanto a pesquisa de Becker, se concentrava nos aspectos sociais, validando impactos diretos na formação de trabalhadores, saúde, imigração e principalmente educação e retornos indiretos. As contribuições dos dois autores para a Teoria do Capital Humano diferem, mas de forma correlata (MONTEIRO, 2016)

Theodore W.Schultz foi um dos principais pesquisadores na construção do Capital Humano. Sua motivação inicial era compreender a economia agrícola dos países subdesenvolvidos, o foco de sua pesquisa era entender quais eram as possíveis motivações que levavam os trabalhadores rurais almejavam um futuro melhor para seus filhos (MONTEIRO, 2016)

Schultz (1960) propôs tratar a educação como uma forma de investimento no ser humano. O autor observava que logo o capital físico perderia forças para o Capital Humano. E este seria representado por pessoas capacitadas, que adquirem suas habilidades por meio da formação escolar, de programas de treinamento e por suas próprias experiências no trabalho, desenvolvendo desta forma suas tarefas com competência. A educação está relacionada com a cultura das comunidades e por meio delas os indivíduos se fortalecem para definir suas próprias opiniões e escolhas, individuais e sociais. O autor defendia que a educação poderia melhorar as habilidades dos indivíduos e conseqüentemente poderiam obter uma elevação em sua renda familiar. Segundo ele, ao investir em si mesmo poderiam aumentar o leque de escolhas para elas e suas chances de aumentar sua fonte de rendimentos.

A principal característica do Capital Humano é que ele faz parte do homem e é capital, pois é uma fonte de satisfações e futuramente de ganhos reais. Por serem uma fonte de satisfações futuras são consideradas como de capital, assim como, são humanas por se tornarem parte do indivíduo. Este capital não é um ativo que pode ser negociado, ou seja, não é vendido no mercado, porém, gera uma produtividade com valor econômico (SCHULTZ, 1973). Para o Autor os fatores mais importantes no Capital Humano são: a educação, a formação, a saúde e os investimentos.

Os atributos da educação são introduzidos por meio do “ensino” e do “aprendizado”, sendo que se concretizam com o desenvolvimento do potencial de cada indivíduo, que se desenvolvem moral e intelectualmente, tornando-se preparados para suas escolhas individuais e sociais. Capacitando-se profissionalmente, através da instrução contínua e do exercício de suas habilidades (SCHULTZ, 1964).

A educação é diferente da instrução. A instrução decorre do ensino básico, ministrado em escolas primárias e secundárias e engloba o esforço individual do aprendizado. Enquanto a educação é um conceito mais abrangente, pois, além de gerar a instrução, ela avança no conhecimento, por meio da pesquisa. A instrução pode gerar vantagens imediatas ou a longo prazo, sendo que, quando relacionadas ao futuro esses benefícios são caracterizados como investimento, afetando despesas e receitas futuras. Se a instrução está relacionada com a educação e com o aumento de rendas futuras,

então há uma maximização da produtividade, e caracteriza-se como um resultado de Capital Humano (SCHULTZ, 1964).

Gary Becker, relevante autor sobre a Teoria do Capital Humano, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1992, estudava sobre os problemas sociais e deu maior visibilidade as pesquisas sobre Capital Humano. Para ele a análise era baseada na renda e no investimento que o indivíduo dava à educação e ao desenvolvimento profissional. Com o avanço de suas pesquisas o autor procurou unificar a abordagem econômica ao comportamento humano, buscando uma perspectiva unificada entre a economia e os diferentes contextos do comportamento humano (MONTEIRO, 2016).

Becker (1962) define a Teoria do Capital Humano como um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e aptidões que contribuem para a produção e possibilitam impacto na economia. O autor aponta que o investimento em Capital Humano é uma atividade que afeta a renda futura por meio da integração de recursos nos indivíduos. Esses investimentos podem incluir a escolaridade, treinamento nas empresas, assistência médica, acesso à informação ou qualquer outra atividade que possa melhorar a capacidade física e mental das pessoas, contribuindo para a perspectiva de renda.

Neste contexto, a Teoria do Capital Humano estabelece a educação como produtora de competências e habilidades requisitadas pelo mercado de trabalho, pois geram um aumento na produtividade do indivíduo (BECKER, 1962). Segundo o autor a teoria parte da premissa que os mercados são competitivos e que as informações são perfeitas, dessa forma, trabalhadores e patrões possuem todas as informações necessárias para a tomada de decisões. O funcionário possui as informações necessárias sobre seu empregado e suas atribuições, assim como, o empregador conhece as habilidades e aptidões do seu funcionário para observar sua produtividade (BECKER, 1962).

Jacob Mincer também foi um dos precursores na literatura empírica da Teoria do Capital Humano, trazendo relevantes contribuições com suas pesquisas. Para o autor a Teoria do Capital Humano ultrapassa as fronteiras da economia e vai além das transações de mercado. Mincer (1981) define que para o conceito de trabalho estar

relacionado ao Capital Humano ele deve ter relação com a distribuição de renda e com o tempo de horas trabalhadas.

Já os indivíduos se diferenciam por suas habilidades natas e inatas, porém, apenas as habilidades adquiridas (inatas) compõem a análise do Capital Humano, pois essas capacidades são desenvolvidas por meio da educação na escola, no convívio familiar, em treinamentos empresariais e experiências em seu ciclo profissional e social. Quanto mais Capital Humano o indivíduo acumula, maior é seu crescimento econômico individual, ou seja, maior e sua riqueza. (MINCER, 1981)

Para o autor, a principal característica do Capital Humano é poder diferenciar as pessoas por suas habilidades, por sua formação escolar e profissional e por suas experiências adquiridas no mercado de trabalho, características esta, que envolvem custos e benefícios. As variações dos investimentos de Capital Humano podem explicar as variações na distribuição e no aumento da renda. Os custos da educação aumentariam as oportunidades de aumento na renda (MINCER, 1981).

Em 1974 Jacob Mincer desenvolveu uma equação salarial Minceriana, sua hipótese era que os anos escolares causam um impacto linear na renda, ou seja, quanto mais anos de estudos, maior é o rendimento do indivíduo. Já os anos trabalhados apresentam um padrão quadrático, pois é crescente até um ponto da vida profissional, mas há um declínio com o avanço da idade do trabalhador (MINCER, 1974). O estudo de Mincer foi fundamental para o conhecimento das taxas de retorno salarial dos investimentos em educação e proporcionou diversas pesquisas sobre a estimação do Capital Humano.

É possível encontrar na literatura diversas pesquisas sobre o retorno da taxa de retorno da educação, ponto que corrobora para a autenticidade dos estudos dos principais autores da Teoria do Capital Humano.

Barbosa Filho e Pessôa (2008) mostrou em sua pesquisa que as taxas de retorno da educação continuam positivamente elevadas no Brasil. Embora apresente uma queda entre os anos de 1960 e 2004, as taxas mantiveram-se superiores a 10%. No ensino médio a taxa apresentada foi de 14%, similar aos anos de 1960. No nível superior houve um relevante aumento, de 5% em 1960 para 14% em 2004. Apesar dos resultados positivos, os estudos mostraram que no ano de 1980 essa taxa chegou a atingir 20%. Os

autores explicam que essa queda se deve a crescente ampliação da rede educacional no ensino superior, consequência do entendimento das pessoas em relação aos retornos obtidos com a titulação de nível superior.

Yunus(2018) pesquisou os retornos do ensino superior na Malásia entre os trabalhadores assalariados e autônomos. Os resultados estimados na função de rendimento mostram que os trabalhadores que possuem diplomas de nível superior possuem maiores retornos quando comparados apenas aos anos de escolaridade individualmente, o que pode ser associado ao efeito da sinalização, ou seja, o que é levado em consideração é o maior grau alcançado, não os anos de escolaridade. Além disso, os resultados apresentam que os anos de escolaridade dos trabalhadores assalariados são superiores aos dos trabalhadores autônomos quando comparados pelo modelo de Capital Humano. Porém, os empreendedores são beneficiados com rendimentos superiores em relação aos trabalhadores assalariados com qualificações semelhantes, o que pode indicar um maior nível de satisfação dos indivíduos que trabalham por conta própria, levando este setor a um patamar de maior produtividade.

Silva; Bondezan e Lucas (2022) analisaram os efeitos da educação nos rendimentos das pessoas residentes das regiões Sul e Nordeste. Foram utilizadas as estimativas da base de dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD para o ano de 2017. Os estudos indicaram que em todas as regiões analisadas, o Capital Humano apresentou retornos crescentes, sendo cada vez maiores à medida que o profissional eleva seu grau de educação. As pesquisas apontaram que no Brasil, pessoas com 4 anos de estudos têm retornos bem menores (2,9%) que pessoas com 15 anos de estudos (3,2%). Especificamente no Sul, pessoas com 4 anos de estudos têm retornos de 1,8%, com 15 anos de estudos têm retornos de 26,3%. No Nordeste, os retornos para pessoas com 4 anos de estudos são de 2,7% e para 15 anos de estudos os retornos chegam a 33,2%. Os resultados indicam que os indivíduos que possuem nível superior apresentam retornos maiores e que a região Nordeste apresentou maiores retornos quando comparada à região Sul.

Bagolin e Neto (2019) analisaram a evolução dos retornos do investimento em educação no Brasil ao longo dos anos 2000, utilizando os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares dos biênios 2002-2003 e 2008-2009. Os pesquisadores

observaram que o retorno da educação vem diminuindo ao longo dos anos. Nos anos 2002/2003 o acréscimo de um ano adicional nos estudos representava 14,09% de aumento na renda familiar, na análise dos anos 2008/2009 a porcentagem de aumento caiu para 12,07%. Uma das possíveis explicações possíveis seria o aumento da média de estudos no Brasil, em 2008 a média de trabalhadores com mais escolaridade foi elevada em relação aos anos anteriores, o que fez ocasionar um nivelamento nos salários. Também foram encontradas diferenças em relação à renda entre, sexo, raça, habitantes das áreas urbanas e rurais.

O declínio das taxas de retornos, dos investimentos em educação, ao longo dos anos é percebido por pesquisas nas últimas décadas. Davanzo e Ferro (2016) pesquisaram a redução nos diferenciais de salários por escolaridade no Brasil entre os anos de 2001 até 2012, utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD). Apesar do aumento na renda em relação aos anos de estudos ainda serem evidentes, nos últimos anos houve um declínio nos salários por anos de escolaridade. Conclui-se que essas diferenças podem ocorrer devido à baixa produtividade entre os profissionais. A hipótese dos pesquisadores é que baixa qualidade do ensino entrega profissionais pouco qualificados ao mercado, o que resulta em uma baixa produtividade, fazendo com que, as gratificações sejam menores, mesmo para os trabalhadores que possuem diplomas.

Balassiano, Seabra e Lemos (2005) utilizando a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho em Emprego, com informações de pessoas cadastradas no mercado formal da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1999, analisaram estatisticamente as relações entre escolaridade, salário e empregabilidade. Os resultados mostram que essa relação deve ser analisada com ressalvas. O impacto positivo é relevante apenas para os indivíduos que possuem escolaridade no nível superior. Para os grupos de nível básico e médio as diferenças são pouco significativas e podem até apresentar uma reversão de expectativas, uma vez que, ambos os grupos recebem em média os mesmos salários, independente da escolaridade formal. Em relação ao impacto da educação na empregabilidade, os dados estimados mostraram que o aumento do salário tem efeito negativo na empregabilidade do cidadão, uma vez que, trabalhadores com maior escolaridade tendem a receber salários mais

altos, porém são menos empregáveis. O estudo conclui que, apesar das relações apresentarem efeitos positivos, em alguns casos, as relações mencionadas e Capital Humano não podem ser vistas como evidências, pois há outros fatores que elevam a empregabilidade e a renda, como o fator idade, por exemplo.

2.2 Capital Humano e o Ingresso na Pós-Graduação

Estudos relacionados a importância da educação e ao retorno alcançado como resultado de Capital Humano são objeto de várias pesquisas atualmente. Confirmando a literatura relacionada ao Capital Humano, diversos estudos foram realizados para contribuir com as evidências dos benefícios gerados ao concluir um curso de uma pós-graduação.

Camilo (2013) analisou o retorno e o impacto econômico proporcionado aos egressos do curso de Mestrado Profissional em Administração ofertado pela Universidade de Brasília. Por meio de uma equação micrariana, os resultados validam a expectativa de que a formação de pós-graduação agregam valores financeiros e proporcionam melhorias na qualidade de vida dos egressos, assim como, outros retornos positivos, conforme sugere a teoria do Capital Humano.

Na mesma linha de pesquisa, Chiroto, et.al (2018) buscaram identificar e analisar os retornos obtidos pelos egressos do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da FECAP. Ao analisar o perfil dos egressos constatou-se que a turma foi composta em sua grande parte por alunos do sexo masculino, com idade média de 47 anos, casados, pais, domiciliados em São Paulo e com formação em Ciências Contábeis, a grande maioria dos egressos estão empregados no setor privado e recebem salários superiores a R\$ 9.000,00. Ao concluir o curso, alguns profissionais optaram em deixar o mercado e atuar na academia, como docente ou pesquisadores. Após a conclusão do mestrado houve um aumento na renda dos egressos, o que comprova o pressuposto da Teoria do Capital Humano, porém, a remuneração foi considerada, pelos egressos, como fator de baixa influência na decisão de obter o título de mestre. Os fatores mais tiveram influência foram: satisfação pessoal (prestígio, promoção social e status); empregabilidade e remuneração (autonomia profissional, empregabilidade, estabilidade profissional, remuneração e oportunidades na carreira); destaque profissional (diferenciação

profissional, mobilidade, respeitabilidade e reconhecimento). Os resultados mostraram que o título de mestre influenciou positivamente os egressos da FECAP, validando os pressupostos da Teoria do Capital Humano.

Um estudo semelhante foi realizado por Moraes(2009) com o intuito de identificar e analisar o perfil dos egressos e os indicadores de avaliação do curso de mestrado em Ciências Contábeis. Com a pesquisa foi possível obter um mapeamento sobre o perfil dos egressos. Em relação à análise das faixas salariais é possível perceber que os mestres elevaram suas faixas salariais após a conclusão do mestrado, tanto os que exerciam atividades no mercado como para os profissionais da academia. Comprovando mais uma vez, os pressupostos da Teoria do Capital Humano, de que quanto maior o nível de escolaridade, maior será a possibilidade de elevação dos rendimentos brutos. 91% dos egressos concordam que o mestrado possibilita a ampliação das oportunidades de trabalho, embora 84% concordam, parcial e totalmente, que o mestrado possibilita a obtenção de melhores níveis de rendimento. O autor explica que os mestres que atuam na academia percebem um impacto maior quanto à obtenção de maiores rendimentos, pois a titulação está relacionada diretamente ao plano de carreira das IES.

Oreo(2010) considerando o enfoque da Teoria do Capital Humano, buscou observar o desenvolvimento profissional dos egressos do curso de Ciências Contábeis da UNOESCO no que tange a influência do bacharelado. Utilizando uma pesquisa descritiva, método survey com abordagem quantitativa. Os achados da pesquisa evidenciaram as expectativas, explicações e teorias do Capital Humano. Com a conclusão do curso os egressos se sentiram mais confiantes em relação ao mercado de trabalho. Os atributos que mais influenciaram o ingresso na trajetória acadêmica foram respectivamente: ampliação das oportunidades de emprego, geração de conhecimento, elevação da renda, desenvolvimento profissional e competitividade no mercado de trabalho. Para a maioria dos egressos a ingresso na Universidade foi primordial para o fortalecimento da Teoria do Capital Humano e para melhoria de convivência em sociedade. Considerando a vida profissional e pessoal dos egressos, foi evidenciado o amadurecimento pessoal. O estudo concluiu que os titulados obtiveram melhoria na qualidade de vida com a conclusão do curso, aumentaram sua renda, ampliaram

oportunidades de emprego e se sentiram mais confiantes diante das competitividades profissionais.

Silva(2017) por meio de uma pesquisa de campo, analisou o impacto salarial dos egressos do curso de Mestrado Profissional ofertado exclusivamente para os técnicos administrativos da Universidade de Brasília. Foi realizada uma análise dos dados extraídos do sistema de pessoal da UnB, os quais demonstram que os servidores que concluíram o mestrado, promovido pela Universidade, agregam positivamente na sua remuneração. Além disso, a pesquisa mostrou que o salário dos que fizeram o mestrado voltado para os técnicos, quando do seu ingresso, era menor que o salário daqueles que concluíram o mestrado em cursos diferentes. Porém, ao se analisar o salário após a conclusão do mestrado, percebeu-se que a situação foi invertida de maneira expressiva, ou seja, o salário dos técnicos que concluíram o curso específico para os servidores, ultrapassou o salário dos demais técnicos. Desta forma, a pesquisa concluiu que o impacto é expressivamente positivo, pois além de melhorar a condição financeira, a conclusão do mestrado, também contribuiu para o crescimento profissional do técnico administrativo da UnB.

Considerando a importância do mestrado na vida profissional do egresso, Miranda(2012) buscou investigar a opinião dos gerentes organizacionais, quanto aos resultados do investimento realizado para a qualificação dos seus colaboradores em relação ao mestrado profissional. Por meio de uma entrevista com gerentes de empresas que investiram na qualificação de egressos das turmas do Mestrado Profissional em Administração e Controladoria (MPAC) da Universidade Federal do Ceará, os gestores relataram que o mestrado proporcionou um ambiente propício ao desenvolvimento da organização e de seus colaboradores, o que contribuiu para o crescimento profissional dos egressos. Além disso, a autora realizou uma pesquisa descritiva quanto a trajetória dos titulados. Os resultados obtidos mostram que, profissionalmente, os profissionais contam com três tipos ocupacionais: assalariados não docentes, empreendedores e docentes, porém, a grande maioria continua na empresa de origem devido ao mestrado. Houve uma migração para os cargos de direção após a conclusão do mestrado, o que caracteriza o incentivo para a conclusão do mestrado como estratégia de treinamento e desenvolvimento para as organizações.

3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

3.1 Coleta de Dados

As informações acadêmicas dos alunos que realizaram o mestrado profissional foram retiradas do sistema da UnB e apresentam dados sobre ano de ingresso e término do curso, linha de pesquisa e data de nascimento para os anos de 2014 e 2015.

Com isso foi possível extrair outras características como faixa etária no momento do começo da pós-graduação e idade média dos estudantes em cada curso. Os cursos de mestrado são de Gestão Econômica do Meio Ambiente (GEMA), Economia do Setor Público (MESP), Gestão Econômica de Finanças Públicas (GEFP), Economia e Gestão do Setor Público (EGSP).

Como os dados também apresentavam identificação individual (CPF), isso permitiu juntar com os microdados da RAIS. Os dados da RAIS retirados para os pós-graduandos referem-se aos valores de rendimento¹, ano de admissão da vaga, tempo de serviço, características do cargo e do estabelecimento para os anos de 2015 e 2016 (um ano após o término do mestrado).

Para a construção do grupo de controle, utilizou-se os microdados da RAIS, em que foram sorteados aleatoriamente trabalhadores formais moradores do Distrito Federal cujas vagas tinham a mesma Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) dos empregos dos estudantes de mestrado, mas com apenas o ensino superior completo.

3.2 Metodologia

Dada a estrutura dos dados, para alcançar nosso objetivo, utilizamos a metodologia *Propensity Score Matching* (PSM) para descrever os efeitos médios da conclusão de cursos do mestrado na renda futura.

Optamos por observar a renda um ano após o término dos cursos de pós-graduação. Uma vez que fica mais nítido o efeito sobre a renda. Assim, considera-se os formandos do mestrado em 2014 e 2015 como grupo de tratamento, e suas renda (retirada da RAIS) em 2015 e 2016. Para o grupo de controle, sorteamos 1000 indivíduos da RAIS (emprego formal no Distrito Federal com o mesmo código CNAE e CBO do grupo

¹ Os dados de renda foram deflacionados para 2018.

de tratamento, apenas com ensino superior) para os anos de 2015 e 2016. Como o grupo de tratamento seria muito pequeno, 18 formandos em 2014 e 20 em 2015, os dados para esses dois anos foram empilhados, também foram empilhados os dados sorteados aleatoriamente da RAIS.

Seguindo a proposta de Rosenbaum e Rubin (1983), calculamos o *Propensity Score Matching* ($P(X_i)$) que consiste em uma medida combinada das características individuais de forma a gerar um indicador para cada indivíduo. ($P(X_i)$) neste trabalho é obtido por meio de uma regressão probit, que é:

$$Mestrado_i = Tempo\ no\ emprego_i + Idade_i + Idade_i^2$$

Onde a variável dependente é uma *dummy* igual a 1 se o indivíduo se formou em algum curso de mestrado profissional em 2014 ou 2015, e as variáveis explicativas (X_i) que determinam o tratamento. Tempo no emprego refere-se ao período de permanência no emprego atual, e, as variáveis de idade e idade ao quadrado. Após a estimativa do *probit*, calcula-se a probabilidade estimada, $\hat{P}(X_i)$, de receber o tratamento (*Propensity Score Matching*) para cada unidade (i). Em seguida realiza-se o pareamento entre tratados e controles com o $\hat{P}(X_i)$ semelhantes utilizando o algoritmo *Nearest Neighbor PSM* (5 e 10 vizinhos) com reposição. Em seguida, calculamos o Efeito Médio do Tratamento nos Tratados (ATT) para captar o efeito de ter cursado o mestrado profissional na renda futura.

4 RESULTADOS

Primeiramente, apresentamos uma análise descritiva das características dos alunos dos cursos de mestrado profissional. Em seguida, os resultados econométricos do efeito da conclusão da pós-graduação no salário futuro.

Para a análise descritiva, coletamos algumas informações socioeconômicas dos estudantes de mestrado antes e depois do curso. As tabelas de 1 a 5 apresentam a análise descritiva para cada curso de mestrado e também para a amostra aleatória retirada da RAIS.

As variáveis de renda após conclusão do curso e a *dummy* troca de emprego após a conclusão do mestrado, foi considerado o ano de término. Já a variável renda antes de ingressar no curso é considerado o ano de ingresso.

Tabela 1: Estatísticas descritivas - Mestrado em Economia do Setor Público

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	35,433	5,753	23	51
Idade de ingresso na pós	35,44	4,959	27	47
Anos para conclusão do curso	1,64	0,569	1	3
Trocou de emprego após formado	0,03	0,172	0	1
Renda antes do ingresso na pós	12707,31	4739,913	627,7	27271,26
Renda após término da pós	21867	5997,183	5063,89	33763
Anos no emprego atual	7,522	4,498	0	23,083

Fonte: elaboração própria com dados da UnB e RAIS.

Tabela 2: Estatísticas descritivas - Mestrado em Economia e Gestão do Setor Público

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	39,361	7,786	26	60
Idade de ingresso na pós	39,917	7,324	32	56
Anos para conclusão do curso	2,042	0,204	2	3
Trocou de emprego após formado	0,063	0,246	0	1
Renda antes do ingresso na pós	7326,622	3985,45	1050,23	17020,82
Renda após término da pós	12876,66	7710,579	0	34783,85
Anos no emprego atual	10,395	9,246	0	34,583

Fonte: elaboração própria com dados da UnB e RAIS.

Tabela 3: Estatísticas descritivas - Mestrado em Gestão Econômica de Finanças Públicas

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	42,627	10,52	24	65
Idade de ingresso na pós	44,256	10,622	29	62
Anos para conclusão do curso	1,872	0,339	1	2
Trocou de emprego após formado	0,058	0,234	0	1
Renda antes do ingresso na pós	5940,933	3092,709	0	19498,1
Renda após término da pós	11354,65	4591,983	5515,31	43643,64
Anos no emprego atual	14,848	12,329	0,083	41,917

Fonte: elaboração própria com dados da UnB e RAIS.

Tabela 4: Estatísticas descritivas - Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade	39,184	5,547	27	51
Idade de ingresso na pós	38,765	7,378	25	49
Anos para conclusão do curso	1,529	0,624	1	3
Trocou de emprego após formado	0,139	0,351	0	1
Renda antes do ingresso na pós	9031,191	5410,691	1951,36	45464,17
Renda após término da pós	11668,86	5426,812	992,66	20021,53
Anos no emprego atual	6,623	5,765	0	23,917

Fonte: elaboração própria com dados da UnB e RAIS.

As descritivas mostram que os estudantes do mestrado profissional têm em média menos de 40 anos. Já a variável de tempo no emprego atual, os alunos têm em torno de 10 anos. A renda média pós mestrado aumenta para todos os cursos. Para Gestão Econômica de Finanças Públicas aumentou cerca de 91%, 75% para Economia e Gestão do Setor Público, 72% para Economia do Setor Público e 29% para Gestão Econômica do Meio Ambiente.

Somente uma parcela pequena dos mestrandos trocou de emprego após terminar a pós-graduação. Provavelmente por serem servidores públicos com maiores incentivos relacionados à estabilidade, tempo de serviço e bonificações de acordo com as especializações do empregado.

Em relação ao grupo de controle, foi realizada uma amostra aleatória da RAIS 2015 e 2016, composta por 1000 indivíduos com emprego formal no Distrito Federal com o mesmo código CNAE e CBO do grupo de tratamento, apenas com ensino superior. As estatísticas descritivas das variáveis a serem utilizadas para o pareamento estão na Tabela 5. Os níveis de renda, idade e tempo no emprego atual são semelhantes aos observados para os alunos que cursaram os mestrados profissionais.

Tabela 5: Estatísticas descritivas - Amostra RAIS

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Renda real	12696,12	9942,446	0	125334,6
Anos no emprego atual	11,488	10,91	0	42,733
Idade	42,582	10,667	22	81

Fonte: elaboração própria com dados da RAIS.

Para avaliar o efeito dos mestrados profissionais na renda futura, implementou-se a metodologia de *Propensity Score Matching*. (PSM). A Tabela 6 mostra as médias do grupo de tratamento e de controle, com e sem pareamento. O teste T não rejeitou a hipótese nula (médias iguais) quando comparamos grupo de tratamento e controle, com e sem o pareamento. Isso mostra que os grupos são semelhantes, e assim podemos proceder com as estimativas do ATT.

Tabela 6: Comparação de médias das covariadas entre grupos

Variável	Média Tratado	Média controle sem pareamento	Média controle com pareamento	Teste T
Tempo no emprego	13,76	11,48	14,31	Não rejeita
Idade	40,68	42,58	41,1	Não rejeita
Idade^2	1729	1926	1767	Não rejeita

Fonte: elaboração própria com dados da RAIS.

Por fim, a Tabela 7 apresenta as estimativas do Efeito Médio do Tratamento (ATT) de se formar nos mestrados profissionais na renda futura. Os resultados indicam que há um prêmio salarial de cerca de 21% a 27% caso o aluno termine a pós-graduação, comparativamente aqueles que não cursaram a pós-graduação. Tal incremento na renda apresenta uma estimativa elevada, mas compatível com as gratificações por titulação de algumas áreas.

Tabela 7: Efeito Médio do Tratamento nos Tratados

ATT	0,27**	0,21*
	(0,10)	(0,09)
Vizinhos mais próximos	5	10
N tratado	38	38
N controle	173	294

Fonte: elaboração própria.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi verificar o efeito dos mestrados profissionais na renda futura. Para isso, foram coletadas informações sobre os seguintes mestrados profissionais do Departamento de Economia da UNB para os anos de 2014 e 2015: Gestão Econômica do Meio Ambiente (GEMA), Economia do Setor Público (MESP), Gestão Econômica de Finanças Públicas (GEFP), Economia e Gestão do Setor Público (EGSP).

Também foram coletados dados sobre os salários nas RAIS de 2015 e de 2016. A partir dos dados da RAIS, foi sorteada uma amostra de 1000 pessoas com emprego formal no Distrito Federal com o mesmo código CNAE e CBO do grupo de tratamento, apenas com ensino superior, para constituir o grupo de controle.

Após a aplicação da metodologia *Propensity Score Matching* (PSM), observou-se um aumento no salário em torno de 21% a 27% para os alunos que terminaram a pós-graduação, comparativamente aqueles que não cursaram a pós-graduação. Tal incremento na renda apresenta uma estimativa elevada, mas compatível com as gratificações por titulação de algumas áreas.

Mesmo com uma limitação de observações para o grupo de tratamento, a discussão sobre os efeitos dos mestrados profissionais no Brasil é muito relevante dada a expansão que ocorreu nos últimos anos. Para estudos futuros, seria interessante ampliar a amostra de forma que o efeito possa ser estimado por curso. Seria muito importante que a Universidade de Brasília oferecesse uma política de acompanhamento dos egressos, assim como ocorrem para os egressos dos cursos de graduação. Na Pós-Graduação há uma enorme barreira para conseguir dados dos egressos e obter um efetivo acompanhamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA FILHO, F.H.; PESSÔA, S. Retorno da Educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico PPE**, Brasília, DF, v.38, n.1, p.97-126, abr.2008. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3667>. Acesso em: 29 ago 2022.

BAGOLIN, I. P.; FERRAZ NETO, N. J. L. Evolução dos retornos do investimento em educação no Brasil ao longo dos anos 2000. **Interações** (Campo Grande), [S. l.], v. 20, n. 2, p. 345–356, 2019. DOI: 10.20435/inter.v0i0.1770. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1770>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BALASSIANO, MOISÉS, SEABRA, ALEXANDRE ALVES DE E LEMOS, ANA HELOISA. Escolaridade, salários e empregabilidade: tem razão a teoria do capital humano?. **Revista de Administração Contemporânea [online]**. 2005, v. 9, n. 4 [Acessado 30 Agosto 2022] , pp. 31-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000400003>>. Epub 20 Mar 2009. ISSN 1982-7849. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552005000400003>.

BECKER, G.S. investment in human capital: a theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**. Part 2: in vestimenta in human beings, Chicago, v.70, n.5, p.9-49, Oct.1962

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. [s.l: s.n.].

BRASIL. **Portaria n.131**, de 28 de junho de 2017. IMPRENSA NACIONAL, p. 2017, 2017.

CAPES. **PNG 2011-2020**. [s.l: s.n.]. v. I

CAPES. **Sobre a Avaliação**. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

CAPES. **Mestrado Profissional: o que é?** Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>>. Acesso em: 6 maio. 2021.

CAMILO, E.L.C. **Processo de qualificação como meio de alavancar a renda: um estudo de caso da Universidade de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, 60 pag. Brasília, 2013

CHIROTTO, Amanda Russo et al. A Influência do Título de Mestre nos Egressos do Mestrado em Ciências Contábeis Da Fecap: Análise à Luz da Teoria Do Capital

Humano. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 13, n. 4, p. 33-59, mar. 2018. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/5635>>. Acesso em: 31 ago. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2017425>.

DAVANZO, Eloá Sales; FERRO, Andrea Rodrigues. **Retornos à educação: uma análise da redução do diferencial salarial por anos de estudo no Brasil no período de 2001 a 2012**. 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2016/submissao/files_/i2-c8df9b0eb400991c63fabcdca38ea8713.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

ESCOBAR, F. L.; SILVA, A. M. Trabalho como Pressuposto para a Educação Profissional. **Horizontes**, v. 6, n. 1970, p. 49–59, 2015.

FICHA de Avaliação: Economia. Brasília, 20 set. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/joana/Downloads/ficha_recomendacao_53001010058P1%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/joana/Downloads/ficha_recomendacao_53001010058P1%20(2).pdf). Acesso em: 13 jun. 2022.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 24–29, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas.2008.

MARQUEZAN, L. P.; SAVEGNAGO, C. L. O mestrado profissional no contexto da formação continuada e o impacto na atuação dos profissionais da educação. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 6, p. e020011, 2019.

MESTRADO Profissional: **Os cursos do Mestrado Profissionalizante, constituem-se na melhor opção de capacitação e aperfeiçoamento profissional para todos aqueles que, egressos dos cursos de graduação plena de nível superior**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://ppgeco.unb.br/mestradoprofissional/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

MINCER, J. **Schooling, experience, and earnings**. New York: Columbia University Press, 1974.

MINCER, J. **Human capital and economic growth**. Working paper, 1981. Disponível em <[w0803.pdf](http://www.nber.org/papers/w0803) (nber.org) > Acesso em: 16 de agosto de 2022.

MIRANDA, V.O.A de **Percepções dos gestores organizacionais acerca do investimento realizado na qualificação de seus colaboradores no Mestrado Profissional em Administração e Controladoria**. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Ceará, pag.108, Fortaleza, 2012.

MONTEIRO, W. de F. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Revista de Economia do Centro-**

Oeste, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 40–56, 2016. DOI: 10.5216/reoeste.v2i1.41412. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/reoeste/article/view/41412>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MORAES, R.de.O. **Mestres em Ciências Contábeis sob a óptica da Teoria do Capital Humano**, Tese, (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, pag.157, 2009.

ORO, Ieda Margarete et al. Egressos em Ciências Contábeis: Análise do Desenvolvimento Profissional Sob o Enfoque da Teoria do Capital Humano. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 6, n. 4, p. 35-49, nov. 2010. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1357>>. Acesso em: 01 set. 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20106>.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **O mestrado profissional na política atual da Capes**, v. 2, n. 4, p. 8–15, 2005.

ROSENBAUM, P., RUBIN, D. 1983. **The Central Role of the Propensity Score in Observational Studies for Casual Effects**. *Biometrika*. n.70, p.41-55

SCHULTZ, T.W. Capital formation by education. **The Journal of Political Economy**, Chigaco, v.68, n.6, p.571-583, Dec. 1960

SCHULTZ, T.W. Investment in human capital. **The American Economic Review**. Cambridge, v.51, n.1, p.1-17, Mar.1961

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1973

SILVA, T. B. da; BONDEZAN, K. de L.; LUCAS, M. de S. Retornos para educação no Brasil: enfoque nas regiões Sul e Nordeste para o ano de 2017. **Interações** (Campo Grande), [S. l.], v. 23, n. 1, p. 67–83, 2022. DOI: 10.20435/inter.v23i1.3052. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3052>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SILVA, W.da. **A capacitação de técnico-administrativo no mestrado profissional em economia: uma análise da experiência da Universidade de Brasília** - UnB, Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, pag.101, Brasília, 2017

SMITH, A. A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e causas. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Abril, 1983

UNB. **DPG - Programas de Pós-Graduação**. Disponível em: <<http://dpg.unb.br/index.php/coordenadores-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 15 maio. 2021.

YUNUS, NORHANISHAH MOHAMAD. **Returns From Higher Education in Malaysia: Analysis of Wage-Employed and Self-Employed Workers.** International Journal of Economics and Management, V 12, n e, p. 703-719, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329871256>Returns_From_Higher_Education_in_Malaysia_Analysis_of_Wage-Employed_and_Self-Employed_Workers . Acesso em: 26 ago.2022